

Empresa de Curitiba  proibida de usar marca Ticket

A empresa PHD & MAD Assessoria Comercial, de Curitiba (PR), está proibida de utilizar a marca Ticket na identificao de uma nova sociedade annima. A empresa atua no ramo de intermediao alimentar, denominada Ticket Paranaense S.A.  Ticketpar.

A determinao  da Quarta Turma do Superior de Justiça, por unanimidade de votos.

Os ministros reconheceram às empresas Accor S/A e Ticket Serviços, Comércio e Administrao, pioneiras no serviço de intermediao alimentar no país, o direito ao uso exclusivo da marca registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), em 1977.

Segundo o relator do processo, ministro Barros Monteiro, no  por que se cuida de um nome já incorporado  linguagem corrente do brasileiro que se poderá obstar o uso exclusivo da marca Ticket pelas autoras. Segundo ele, como as empresas atuam no mesmo ramo comercial, a confusão decorrente do uso da mesma marca junto aos consumidores pode acarretar desvio de clientela e gerar concorrência desleal.

As proprietárias da marca Ticket, recorreram ao STJ depois de sucessivas derrotas em primeira e segunda instâncias da justiça do Paraná.

Segundo as decisões anteriores, a expressão Ticket  nome comum, corriqueiro, que se incorporou  linguagem corrente no país, a ponto de o termo abasileirado tquete constar do Dicionário Aurélio.

De acordo com o ministro Barros Monteiro, a justiça estadual contrariou norma (artigo 59) do Código da Propriedade Industrial então vigente (Lei n 5.772/71). Segundo o relator, na prática o acórdão da 2 Câmara Cível do TJ-PR cassou pura e simplesmente o registro concedido há vários anos pelo INPI. Por isso, atendeu parcialmente o pedido das empresas.

A PHD & MAD Assessoria Comercial deve abster-se do uso da marca Ticket. Caso contrário pagar multa diária de R\$ 1.000,00 a partir de 90 dias contados da intimao.

Entretanto, o STJ negou o pedido para que o material da empresa paranaense fosse destruído. O relator também rejeitou o pedido de indenizao por perdas e danos decorrentes do uso indevido da marca.

Processo: RESP 108136

Revista **Consultor Jurídico**, 13 de março de 2002.

Autores: Redao Conjur